POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS ESPOLIADOS PELA AMPLIAÇÃO RECENTE DA INFRAESTRUTURA INDUSTRIAL CAPITALISTA:

FOCOS DE LUTA POLÍTICA E IDEOLÓGICA NA AMÉRICA DO SUL

Oswaldo Sevá Filho

LUTAS ANTICAPITAL

Populações e territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul

Oswaldo Sevá Filho

1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília - 2019

Editora Lutas anticapital

Editor: Julio Okumura

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes
Capa: Bruno Gentil
Foto da Capa: Distrito de Bento Rodrigues – Mariana (MG) – Rogério Alves (TV Senado). creativecommons.org/licenses/by/2.0/deed.pt – com modificações.
Impressão: Renovagraf

Sevá Filho, Oswaldo.
S497p Populações e territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista/Oswaldo Sevá Filho. – Marília: Lutas anticapital, 2019.
76p. (Biblioteca básica de tecnologia social)
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-53104-12-3
1. Minas e mineração 2. Barragens e açudes
3. Capitalismo 4. Desenvolvimento – aspectos sociais
I. Título.
CDD 333.7

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília
1ª edição
Editora Lutas anticapital
Marília –SP
edlutasanticapital@gmail.com
www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Nota do Conselho Editorial

Este texto foi um dos últimos do querido professor militante Arsênio Oswaldo Sevá Filho (1948-2015).

Inicialmente saiu como comunicação feita na 28ª Reunião da ABA – Associação Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo em julho de 2012.

Foi reformulado para ser publicado na coletânea organizada por Fabiana Rodrigues, Henrique Tahan Novaes e Eraldo Batista chamada "Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital" (São Paulo: Expressão Popular, 2013, volume 2).

Formado e mestre em Engenharia de Produção, doutor em Letras e Ciências Humanas (Geografia); foi professor da UFRJ, da UFPB. Trabalhou por um bom tempo na UNICAMP, onde se aposentou em 2012 no Departamento de Energia FEM.

Na última etapa da sua vida lutou bravamente contra um câncer, mas mesmo assim se dedicou com todas as forças a orientações no mestrado e doutorado em Ciências Sociais desta faculdade.

Sevá deu uma vasta contribuição teórica para a compreensão das grandes obras de engenharia, decifrando seu papel fundamental na

acumulação de capital.

Comprometeu-se também com a transformação do mundo, engajando-se em inúmeras lutas de atingidos por barragens, indígenas, trabalhadores assalariados, populações ribeirinhas, sem terra, posseiros, agricultores familiares, etc.

A Editora Lutas anticapital pretende socializar, na forma de livros eletrônicos gratuitos e livros impressos, boa parte da obra deste grande intelectual chamado Oswaldo Sevá Filho.

Ele nos deixou em 2015, mas certamente sua obra já ajudou muitos movimentos sociais e vai nos ajudar a compreender o modo de produção capitalista na fase atual, para lutarmos com mais força pela criação de um novo sociometabolismo, fora da órbita da reprodução do capital, e assim, descansar num rio caudaloso, como queria nosso mestre.

Henrique Tahan Novaes (UNESP)
Membro do Conselho Editorial
Marília, janeiro de 2019

Nota do Coordenador da Biblioteca Básica de Tecnologia Social

Desde 2015 não contamos mais com a presença física de Oswaldo Sevá Filho (1948 – 2015). Entre 2009 e 2014 tive o prazer de compartilhar com ele intensos debates no Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, espaço criado em 2004 por estudantes e professores de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e desde 2008 organizado por uma ampla rede nacional. Na tentativa de construir um espaço crítico de formação de engenheiros e engenheiras, encontramos em Sevá um dos nossos principais inspiradores, o que fez com que o homenageássemos na criação da “Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá” (REPOS).

Esta publicação, escrita em meados de 2013, apresenta uma de suas últimas contribuições acadêmicas, que é também um instrumento de denúncia e luta contra a desterritorialização das populações tradicionais.

Sevá denuncia a estratégia contemporânea de expansão do capital, que se dá pela acumulação por espoliação. Grandes projetos de geração de energia, de mineração, de extração petrolífera, do agronegócio e do monocultivo de eucaliptos, com amplo apoio estatal, ditam a configuração espacial dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e

pequenos agricultores.

Esse processo, que Sevá entende como continuação do colonialismo, não se dá sem profunda resistência das populações afetadas. Refutando a ideia de serem esses conflitos gerenciáveis ou mediáveis, o autor reforça o caráter de luta de classes pelas condições básicas de sobrevivência, que é também luta pelo que chamou de democracia plena contra o poderio do Estado e a soberania empresarial.

Para a nossa coleção de Tecnologia Social, este livro tem o papel fundamental de colocar em questão as grandes obras de engenharia contemporâneas, buscando compreender o conteúdo político presente nelas. Como diz o autor, uma das principais manobras ideológicas da doutrina do desenvolvimentismo é a apologia do benefício para todos e o livro é repleto de relatos de populações que tiveram suas vidas profundamente afetadas negativamente por esses projetos, sem que as promessas do progresso tenham sido cumpridas.

A adoção do discurso e prática desenvolvimentista até pelos governos progressistas da América Latina denota que o fetichismo do progresso não é exclusividade dos governantes de direita e revela a importância de pautarmos amplamente o debate da não neutralidade científica e tecnológica, que é um dos objetivos dessa coleção.

A leitura deste livro em tempos nos quais

até mesmo a democracia representativa está sendo colocada em xeque, nos faz sentir como se estivéssemos vivendo a ampliação da barbárie já experimentada por amplas camadas da sociedade. Sevá denuncia a violação dos direitos básicos de cidadania desses grupos sociais, que terão seus riscos ampliados com a extinção de instituições que lutavam pelos direitos das populações tradicionais, ainda que apresentando contradições.

Denunciar a injustiça a quantos for possível, enquanto for possível parece ser a missão que nos deu Oswaldo Sevá Filho.

Rio de Janeiro, 15.01.2019
Flávio Chedid Henriques
(Soltec/Nides/UFRJ)

Populações e territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul

Oswaldo Sevá Filho

Mas sei que uma dor assim
pungente não há de ser inutilmente.
A esperança dança na corda
bamba de sombrinha
e em cada passo dessa linha,
pode se machucar...

Aldir Blanc, João Bosco,
"O bêbado e a equilibrista" (1979)

Esclarecimentos iniciais

Começamos com uma argumentação quase óbvia: se por acaso o território não significasse para o povo aí residente um bom motivo para resistir à sua adulteração e perda, não haveria praticamente problemas para a ampliação econômica "vinda de fora". Seriam construídas em prazos curtos, a baixo custo, sem críticas nem contestações, todas as hidrelétricas, canais, ferrovias, indústrias pesadas projetadas; seriam igualmente abertas novas lavras de minério, poços de petróleo e grandes áreas de culturas industriais, simplesmente retirando de todas áreas afetadas quem ali residisse ou tirasse seu sustento. E todas essas iniciativas patronais e governamentais seriam justificadas pelo "desenvolvimento" que

necessariamente trariam a essas regiões eleitas.

Acredito que seja possível e bem adequado problematizar tais populações e territórios sem recorrer à essa polissêmica imagem do "desenvolvimento"; apesar disso, reconheço que boa parte da produção recente da Economia Política, das Ciências Sociais, e em particular, da Antropologia Social, recorre a essa expressão, trabalha nesse campo, acresce adjetivos, discute e rediscute seus significados, sua utilização e sua verbalização por parte de tantos agentes, os poderosos e os fracos, e em tantos contextos discursivos, normativos e de negociações.

O chamado "desenvolvimento" não é, talvez nunca tenha sido, uma noção acadêmica, um conceito científico; vem sendo apresentado, sim, de modo insistente como bandeira, mantra, enredo – chave dos discursos que justificam e elogiam os projetos de investimento de grande porte. A palavra encantadora, cada vez mais falada e escrita, deve, no entanto, ser entendida como uma trajetória que evolui em conjunto com a acumulação de capital nas mãos dos capitalistas. Na ideologia deles, portanto, na ideologia dominante, o *desenvolvimento* significa – cruamente, mas sempre de forma dissimulada, elidida – o crescimento dos seus negócios e do seu poderio. E somente isso. Aí reside uma das principais manobras ideológicas da doutrina do desenvolvimentismo: a apologia do benefício para todos (a melhoria, o progresso do país) não pode tornar visível o mecanismo de concentração seletiva da riqueza (a acumulação privada). Uma panaceia, um remédio de aplicação universal, tido como isento de contraindicações,

embora os menos fundamentalistas dentre os adeptos reconheçam alguns dos seus efeitos colaterais (Sevá, 2002).

Sobre a boa crítica desses temas, feitas sem se deixar pautar pelo desenvolvimentismo, indicamos no texto algumas contribuições relevantes, a começar por: a) um balanço ponderado de autores e correntes interpretativas, feito pelo antropólogo espanhol Juán Carlo Gimeno Martin no capítulo introdutório da obra coletiva que organizou sobre o neoliberalismo, as organizações não governamentais e os povos indígenas na América Latina (Gimeno, 2007); b) em seguida, Jean-Pierre Leroy, francês que adotou o Brasil, a quem devo o empréstimo de contrapor os territórios – "do povo" – e "do capital", que ele utilizou no título de um texto que testemunha sua vida de missionário-militante-pesquisador no baixo Amazonas e na região de Santarém (Leroy, 2010); c) o corajoso Pierre Bourdieu que, em palestra na Universidade de Freiburg, Alemanha, 1996, alvejou o que chamava de "pensamento Tietmeyer" (nome do então presidente do poderoso Bundesbank), a quem homenageio com essa transcrição na íntegra:

> Esse discurso de aura econômica somente repercute além do círculo dos seus promotores se contar com a colaboração de uma multidão de pessoas, políticos profissionais, jornalistas, simples cidadãos com algum verniz econômico suficiente para poder participar na circulação geral de palavras mal concatenadas, essa vulgata economicista. É através de tais cumplicidades passivas que veio se impondo

> pouco a pouco uma visão dita neoliberal, de fato conservadora, baseada em uma antiquada fé na inevitabilidade histórica fundada sobre o primado de forças produtivas sem outras regulações que as vontades concorrentes dos produtores individuais. Não por acaso, tantos da minha geração saltaram, sem remorso, de um fatalismo marxista a um fatalismo neoliberal: nos dois casos, o economicismo desresponsabiliza e desmobiliza, anulando o campo político e lhe impondo uma série de finalidades indiscutíveis, crescimento máximo, competitividade, produtividade (Bourdieu, 1998, p. 56) [traduzido por mim].

Parte I - O capitalismo farejando saídas da crise

Começamos explicitando o conceito utilizado de *capitalismo*: vivemos no Brasil do século XXI uma etapa bem definida deste sistema de produção e de consumo, desta relação social que é baseada na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e que se impõe a busca incessante de lucro e de poder, que se concretiza por meio de alguns mecanismos principais, que fazem parte da histórica econômica e social dos últimos séculos: dentre eles, a expropriação de todos os bens comuns e dos recursos que pertencem ou são utilizados pelos grupos mais pobres e mais desorganizados da sociedade – e a transformação desses grupos humanos: uma parte em proletários, uma grande massa desempregada ou subempregada e, noutra parte, em assalariados, formalmente vendedores de sua força de trabalho no chamado “mercado de trabalho”.

Esse capitalismo parece estar, há alguns anos, em uma situação de crise – na aparência devido às chamadas “ciranda financeira” e “bolhas creditícias”, ou seja, devido aos “excessos” da monetarização dos riscos e seguros, de endividamentos e as consequentes punções de juros e de tributos impostos às classes não capitalistas, aos governos e às empresas mais fracas, ao povo e à economia popular, em última instância. Pode-se, no entanto, ler a mesma crise como sendo de superacumulação, uma ofensiva incessante dos capitalistas contra a tendência da

queda da taxa de lucros. Porque são crescentes as massas de lucros e as suas proporções na renda total, porque é crescente também a concentração da renda, mas exatamente isso é o que limita a expansão: o sistema tem, também, que ampliar a produção e, por isso, fareja dia e noite, por todo o globo, as oportunidades e as garantias de lucros bem maiores para os novos investimentos, para a sua reprodução ampliada. O geógrafo inglês David Harvey, em seu esforço nas últimas décadas para interpretar o fenômeno e todos os seus desdobramentos, propôs em 2003, antes do último agravamento da crise geral, uma preciosa explicação, da qual nos serviremos aqui algumas vezes:

> A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação de capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento de propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho (Harvey, 2005, p. 99).

As infraestruturas produtivas de grande porte aqui mencionadas fazem parte do conjunto da chamada indústria pesada: as várias instalações de produção e distribuição de combustíveis, eletricidade, minérios, as extensas áreas plantadas

para fornecer insumos industriais[1] – e podem ser bem representadas pelas expressões “complexos de recursos” e “espaços dinâmicos de acumulação” adotadas por Harvey. Não são apenas capital fixo, mas espaços sociais, simbólicos de avanço do capitalismo sobre outras sociedades, outros mundos. É o que registramos a seguir, como episódios da história recente, das últimas duas décadas, em várias localidades e regiões da América do Sul, a maioria no Brasil.

Sites e *blogs* – onde ainda a história se registra

Destacamos uma função crucial na compilação de situações empíricas mencionadas: alguns *sites* e *blogs* que são mantidos exatamente com a função de acolher denúncias de violações de direitos, e de propagar informes sobre o surgimento ou agravamento de conflitos que marcam essa conquista das “regiões-alvo” pelos capitalistas e pelo Estado a eles associado, e especialmente, com a missão de testemunhar as manifestações de resistência do povo que vai sendo atingido pelas obras anunciadas, em fase de implantação e por instalações em funcionamento. Exemplos aqui selecionados e utilizados: o projeto “Mapeamento

---

[1] Com esse ponto de partida teórico, o nosso texto prossegue fundado num elenco de obras e autores que vem sendo utilizados em disciplinas de Tópicos Especiais, oferecidas pelo autor em dois cursos de doutorado na Unicamp, um em Ciências Sociais outro em Antropologia Social. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/profSevá/2012red_HS928_124_programa.pdf >.

dos conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde", feito por convênio entre a Fiocruz-MS e a ONG Fase, do Rio de Janeiro, coordenado por Tânia Pacheco e Marcelo Firpo Porto[2]; o projeto similar "Mapa dos conflitos socioambientais em MG" feito por um grupo de pesquisadores da UFMG, coordenados por Andréa Zhouri[3]; o *blog* "Combate ao racismo ambiental", vinculado a um dos FGTS da Rede Brasileira de Justiça Ambiental[4]. Também é o caso de alguns dos numerosos fascículos e relatos produzidos pelo projeto "Nova Cartografia Social", em implantação há vários anos nas universidades públicas do Amazonas, UFAM e UEA, sob a coordenação de Alfredo Wagner de Almeida, envolvendo grupos e movimentos sociais, étnicos e de vizinhança em dezenas de localidades nos Estados amazônicos, e ultimamente em regiões de outros Estados[5]. Vários sítios foram criados em outros países e no âmbito internacional, como expressão de coalizões ou frentes de movimentos e ONGs locais, em geral financiadas por fundações assistencialistas e constituídas de modo específico para acompanhar as "regiões-alvo" e os "territórios-resistência" e repercuti-los na *web*. Por exemplo, nas regiões petrolíferas[6]: OilWatch de atuação global, Observatorio Petrolero Sur, criado na Argentina. Nas áreas de hidrelétricas: o Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por

[2] Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>.
[3] Disponível em: <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>.
[4] Disponível em: <racismoambiental.net.br/>.
[5] Disponível em: <www.novacartografiasocial.com/>.
[6] Disponível em: < opsur.org.ar/ e www.oilwatch.org/>.

Barragens, o MAB; a Red Latinoamericana de Afectados por las Represas; a International Rivers, de atuação global[7]; nas áreas de mineração: Mining Watch, Mining and Communities, ambos de cobertura global; Conflictos Mineros en America Latina; Noalamina, inicialmente voltada para Patagônia argentina e chilena[8]. Muitos casos de violência na Colômbia, frequentemente atribuídos ao narcotráfico, na realidade devem ser debitados na conta da ação das multinacionais do petróleo, da eletricidade, do agronegócio, conforme a perícia e o julgamento feitos pelo conhecido Tribunal Permanente dos Povos, mantido pela fundação italiana Lélio Basso (ver referências bibliográficas).

Ainda... a história se registra nessas poucas e diferenciadas "mídias". Sim, pois estamos todos imersos e expostos à *overdose* cotidiana e cumulativa de informes, *releases*, invencionices, futilidades, boatos, calúnias, elogios e estigmas combinados... que circulam e se autorreferenciam graças à nova investida dos grandes capitais midiáticos e com a prestimosa colaboração de boa parte da pesquisa acadêmica, a qual, por sua vez, é cada vez mais delineada com critérios prioritários de dissimulação e de assepsia – em relação à crueza da dialética e, também, à beleza surpreendente do real – cujo resultado é publicado

---

[7]Disponível em: <www.redlar.org/>; <www.internationalrivers.org/>; <www.mabnacional.org.br/>.

[8]Disponível em: <www.conflictosmineros.net/>; <www.minesandcommunities.org/>; <www.conflictosmineros.net/al/html/index.php>; <www.noalamina.org/>.

em geral com bastante atraso em relação aos fatos e dramas reais. E, mesmo assim, publicado em peças discursivas contendo mil variedades de recortes de edição na forma de censura, submetidas a cláusulas de restrição, coalhadas pelo uso de jargões e de maneirismos que servem como barreiras à compreensão do cidadão comum, e assim, trabalham contra a consciência social dos problemas e das responsabilidades diante deles.

Traços de uma reconfiguração social e política notável e violenta em numerosas localidades: a desterritorialização

Os territórios onde moram, de onde tiram seu sustento, e onde costumam forjar sua identidade os grupos nativos, as comunidades étnicas, as famílias de agricultores, os ribeirinhos, pescadores e marisqueiros, os coletores de produtos florestais, entre outros, ficaram no alvo dos grandes grupos capitalistas, que ali pretendem consolidar o seu avanço por meio dos projetos de investimento em infraestrutura e na ampliação de atividades econômicas de grande escala. Vejamos alguns dos principais episódios e tramas.

Agronegócio, celulose, hidrelétricas **versus** ***populações indígenas***

Mencionamos antes das demais, pois no Brasil continuam na linha de tiro, no sentido estrito, muitas lideranças indígenas, às vezes, até grupos e famílias inteiras. Estão sendo extermi-nados a tiros, em emboscadas ou chacinas, como

haviam sido nos séculos XVI e XVII, pelos bacamartes dos “bandeirantes” ibéricos. Em pleno século XXI estamos presenciando o extermínio no Mato Grosso do Sul, regiões de Ponta Porã e de Dourados, dos índios da nação Guarani, da etnia Kaiowá, por parte de grupos paramilitares bancados por políticos poderosos e fazendeiros da região. Os remanescentes Pataxó e Tupiniquim, moradores da faixa litorânea antes coberta pela mata atlântica no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, estão sendo perseguidos com prisões intempestivas, ilegais, com mandados de segurança expedidos por juízes de pequenas comarcas que trabalham a favor dos fazendeiros e grileiros de terras, e dos plantadores de eucaliptos, ou seja, as grandes indústrias de celulose e/ou seus fornecedores de matéria-prima.

Por volta de 2006, o movimento indígena decidiu fazer manifestações pela retomada de áreas invadidas há décadas por eucaliptais, diante da enorme indústria da poderosa multinacional Aracruz, no Espírito Santo. Além de ter requisitado forças repressivas estaduais contra o movimento, a empresa se colocou, juntamente com as demais grandes empresas naquele Estado, na calculada posição de “vítima” dos indígenas e do próprio governo federal!, que estava reconhecendo alguns dos direitos territoriais em jogo. A frente empresarial espalhou *outdoors* em Vitória e região com os dizeres hipócritas: “A Aracruz trouxe o progresso. A Funai, os índios”, “A Funai defende os índios. Quem defende nossos empregados?”. “Essa agressão à Aracruz Celulose atinge nossas empresas também”. Ao mesmo tempo, a empresa

criava restrições e impunha prejuízos para os pescadores de Barra do Riacho, onde funciona seu enorme porto, e obtinha mais incentivos fiscais para exportar celulose, inclusive, proveniente de outros Estados, sem pagar tributos. As duas terras Tupiniquim e Guarani, tomadas pelos eucaliptais da empresa há três décadas, foram reconhecidas pela Funai em 2007 e homologadas em 2010[9]; há informes de que parte delas continuam sendo fornecedoras de toras de eucalipto para a fábrica.

A expansão notável dos "desertos verdes" em quase todos os países da América do Sul indica uma espécie de globalização dita florestal – porque monoculturas de árvores jamais são florestas; contra elas resistem enquanto podem os vizinhos dos eucaliptais e das grandes fábricas *"papeleras y pasteras"*, por exemplo, os da nação Mapuche da Patagônia chilena contra os mesmos inimigos (Seoani e outros, 2010)[10]. Também muitas das lutas dos Mapuche são dirigidas contra os sucessivos projetos de hidrelétricas, desde os anos 1990, ameaçando e, em alguns casos, já atingindo os rios BioBio e Baker. Investimentos que, ao mesmo tempo, imprimiram o novo rumo econômico neoliberal do país, forjado na ponta das armas desde o tempo do general Pinochet, e fizeram avançar a espoliação sobre os patrimônios,

---

[9] Disponível em: <racismoambiental.net.br/2010/11/terras-tupiniquim-e-guarani-no-espirito-santo-sao-homologadas/>.

[10] No baixo rio Uruguai, os argentinos da margem direita se manifestam com persistência desde que a finlandesa Botnia se instalou na margem direita uruguaia, e bloquearam por anos a ponte internacional Fray Bentos. Disponível em: <olca.cl/oca/papeleras/celulosa.htm>.

recursos e atividades de sobrevivência desse povo que resiste heroicamente ao Estado chileno desde antes de sua independência formal no século XIX.[11]

Outro exemplo da mesma ofensiva geral é a ação do agronegócio e dos chamados ruralistas, a parte visível de sua representação política, que estão o tempo inteiro tentando desconstruir a noção de que seja válido os índios se autodeclararem como índios; isso porque um número cada vez maior de brasileiros que não residem em terras homologadas estão se declarando índios, como uma forma de tentar obter o direito à terra onde já vivem. O agronegócio quer também desconstruir a noção de grupos étnicos remanescentes de quilombos; também porque um número cada vez maior de brasileiros está se autodeclarando primeiro como negros, o que antes não faziam, e depois, como remanescentes de quilombos, o que seria uma outra forma, ou a única forma, em alguns casos, de conseguirem acesso à terra onde já moram. Os ruralistas pretendem, sim, desmontar política e juridicamente os direitos que foram adquiridos por estas populações tradicionais na Constituição Federal de 1988. Mas eles atuam de forma múltipla: o mesmo grupo de fazendeiros que faz, na surdina, atentados contra essas populações é o grupo que elege governadores de Estado, senadores, é o

---

[11] Sobre a luta do povo mapuche ver: <www.mapuexpress.net>; sobre o movimento antibarragens: <www.patagoniasinrepresas.cl>; e em geral sobre os conflitos ambientais: Observatório Latinoamericano de Conflictos Ambientales (Olca), com sede no Chile: <www.olca.cl/oca>.

mesmo que organiza e protagoniza "tratoraços" e manifestações espalhafatosas na Esplanada dos Ministérios e que tem um exército de advogados e "lobbistas" no Congresso para poder ir alterando a legislação de tal forma que seja possível (Bruno *et al.*, 2009). De modo comparável ao que fizeram, há alguns anos, para que suas dívidas junto aos bancos estatais fossem perdoadas, ruralistas acabam de construir legalmente o perdão de crimes ambientais cometidos no desmatamento de áreas protegidas, por meio da reforma do Código Florestal (tal qual ficou em maio de 2012, depois das duas rodadas de votação na Câmara e no Senado). Se eles continuarem nessa trajetória de sucesso político conseguirão eliminar do panorama jurídico brasileiro os direitos das populações tradicionais. Esse é o objetivo: a desterritorialização, conforme nos ensina Alfredo Wagner de Almeida:

> Consideramos desterritorialização o conjunto de medidas tomadas pelos interesses empresariais, vinculados aos agronegócios, para incorporar novas terras a seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica. Para isso, estes interesses buscam liberar as terras tanto de condicionantes jurídico-formais e político-administrativos quanto de limitações associadas à presença de grupos étnicos ou de determinadas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, ribeirinhos, 'geraseiros' e outras categoriais sociais (Almeida, 2010, p. 116).

A legislação brasileira ainda protege, em alguns casos, as populações indígenas. O artigo 231 da Constituição Federal afirma que nas terras indígenas, em princípio, seria proibida a extração mineral; e que, para a construção de hidrelétricas que os atinjam, é exigida a consulta aos índios e aprovação por parte do Congresso Nacional (Shiraishi, 2007). Contudo, vigora ainda o conceito legal de que "atingidos" somente existiriam nas terras que fossem inundadas pelas represas, ignorando assim todas as demais situações de expulsão e de espoliação (por exemplo, os trechos de rios e margens que ficariam com vazão reduzida, rios abaixo da barragem, os canteiros de obras, as estradas de acesso, as faixas das linhas elétricas). Além disso, cada vez mais estão sendo tomadas pelas empresas, com a mediação da Funai e do Ibama, medidas que acabam contornando ou elidindo as restrições constitucionais.

É o caso do projeto hidrelétrico Belo Monte, previsto desde os anos 1980 para barrar o rio Xingu no Pará: pelo menos um grupo Juruna teria sua aldeia e toda a terra indígena Paquissamba alagada, no desenho anterior do projeto da usina. No desenho atual, alterado, os Juruna continuariam duramente atingidos por ficarem em um trecho do rio que vai ficar bastante seco, mas o governo e as empresas argumentam que eles e outros grupos não são atingidos porque não teriam suas terras alagadas. O argumento foi incorporado ao licenciamento ambiental e, também, ao "parecer da Funai" que passou a integrar a documentação do licenciamento. Este e vários outros aspectos das irregularidades e falsidades encontradiças no

chamado "componente indígena dos Estudos de Impacto" foram dissecadas por Diana Antonaz, Antonio Carlos Magalhães e Stephen Baines no documento coletivo de crítica ao Estudo de Impacto Ambiental, elaborado por dezenas de pesquisadores que foi protocolado junto ao Ibama em 2009, e, lamentavelmente, ignorado pela agência ambiental que licenciou o projeto conforme foi determinado pelo Planalto e pelo capital hidrelétrico que nele aposta todas as suas fichas em meio à crise global (Magalhães e Del Moral, 2009)

Além de expedientes técnicos, cartográficos, e de pseudoacademicismo oficial, são manobras jurídicas e ideológicas que se montam para contornar os preceitos constitucionais. No mesmo caso Belo Monte, as lideranças e os grupos ribeirinhos do Xingu que mais frequentam a cidade de Altamira vêm sendo alvo de cooptação e de suborno por parte das empresas estatais e privadas (integrantes do Consórcio Norte Energia) que buscam, assim, neutralizar o apelo simbólico fortíssimo que tem o fato de "índios serem contra a obra". Os grupos que estão mais longe, rio acima, na região de São Félix do Xingu – dos quais alguns se manifestaram desde os anos 1980 contra os outros projetos de usinas no Xingu –, são ludibriados com a divulgação de uma "resolução" de um conselho interministerial extemporâneo, quase inativo que, em 2008, resolvia fazer "apenas a usina Belo Monte"[12].

---

[12] Informam estudiosos que frequentam a área, que os moradores dessas T.I. do Sul do Pará estão sendo aos poucos seduzidos por meio de promessas de compensações a médio

O fato é que os habitantes dos municípios de Altamira e Vitória do Xingu e todos os povos indígenas do Xingu paraense têm vivido nos últimos anos – desde a etapa do licenciamento ambiental até agora, quando avançam os canteiros de obras das várias partes do projeto hidrelétrico – um clima de transtorno profundo, uma excepcionalidade carregada de violências e de irregularidades, com insistentes campanhas de cooptação, de contrainformação e divisionismo. O financiamento é quase todo proveniente do Estado, seja diretamente do Tesouro Nacional, ou através do BNDES, ou de empresas estatais de eletricidade e, ainda, de fundos de pensão de funcionários de estatais. A composição dos capitais interessados chega a ser uma lição didática sobre a indústria barrageira e seu papel de alavancagem de recursos financeiros e na obtenção de vantagens polpudas por meio da execução de projetos; além das principais multinacionais de origem brasileira, como a Camargo Correa, Odebrecht, Gutierrez, Queiroz Galvão, uma empresa espanhola do ramo de energia, a Iberdrola (Uharte, 2012); e, na ponta dos fornecedores de bens de capital, está exultante

---

prazo, por meio de projetos de zoneamento, alguns dos quais intermediados por importantes entidades ambientalistas. Ver artigos sobre o histórico do projeto: Oswaldo Sevá, "Belo monte de mentiras! A história nada exemplar dos projetos hidrelétricos no maravilhoso rio Xingu, inventados pelos mafiosos e herdeiros da ditadura militar" publicados em outubro de 2009 pela agência www.correiodacidadania.com.br. Notícias atualizadas sobre os eventos em Altamira e região são disponíveis em <www.xinguvivo.org>.

o cartel mundial de fabricantes de turbogeradores e de outros equipamentos eletromecânicos de grande porte, com suas carteiras de encomendas recheadas para os próximos anos.

Os projetos megalômanos da hidroeletricidade apontam agora o principal alvo: depois do Madeira e do Xingu, enfim desvirginados, é a vez do rio Tapajós, o último dos grandes rios na margem direita do Amazonas com potencial aproveitável. No Vale do Tapajós há uma grande concentração de terras indígenas e de Unidades de Conservação Ambiental, inclusive perímetros de proteção integral. Destaca-se a faixa entre as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, os municípios de Itaituba, Jacareacanga e a divisa com o Mato Grosso, como cenário certeiro dos próximos conflitos, incluindo-se as disputas por numerosas ocorrências de ouro, especialmente nos rios Jamaxin e Crepori, com a proliferação de garimpos e de empresas estrangeiras já atuando ou chegando. Uma detalhada e rica reportagem da agência de jornalismo investigativo *A Pública*, da série Amazônia Pública, foi lançada em dezembro de 2012, com a manchete: “Nas comunidades a serem afetadas pelas usinas no rio Tapajós, entre angústia e anseios, a desinformação impera, enquanto avançam os planos para as obras”[13].

---

[13] Disponível em: <www.apublica.org/2012/12/discordia-desenvolvimento/>. “O momento mais tenso se deu em 2010. Naquele ano, uma firma de topografia entrou na comunidade sem qualquer tipo de contato prévio e instalou marcos de concreto no meio da rua, sem fornecer explicações. Indignados, os moradores de Pimental (obs: próximo da Cachoeira de São Luís, local previsto para a maior usina) expulsaram

Mais ao sul, multiplicam-se as ameaças e violências sobre as aldeias Kaiabi e Munduruku, com o próprio Palácio do Planalto e a Empresa de Pesquisa Energética, do Ministério de Minas e Energia, organizando o assédio sobre as lideranças e, desde 2013, desencadeando operações propriamente repressivas. Em fevereiro de 2013, os índios, revoltados com violências da Polícia Federal, na mal afamada "Operação Eldorado", e com o avanço das obras de hidrelétricas nos formadores do Tapajós no norte de MT (rios Teles Pires e Juruena) e dos projetos no Oeste do Pará, fizeram uma assembleia com cerca de 500 participantes em Jacareacanga, PA, na qual foi registrada também uma "espionagem" de pessoal de empresa de consultoria a serviço da Eletrobrás[14]. No mesmo

---

os técnicos responsáveis pelo serviço, destruíram as instalações e passaram a controlar a entrada de pessoas estranhas. A Eletrobrás, porém, precisava entrar de qualquer maneira na vila para fazer os estudos de viabilidade da usina. A fim de tentar uma reaproximação, a estatal contratou, então, um grupo batizado de "Diálogo Tapajós" para cadastrar e prestar esclarecimentos aos moradores dos povoados ribeirinhos que serão diretamente impactados não só pela usina de São Luiz do Tapajós, mas também pela hidrelétrica de Jatobá – a segunda do complexo previsto pelo governo, com previsão para entrar em operação em abril de 2019."

[14] Cf. "Grande Assembleia Munduruku mobiliza indígenas no Pará", Assessoria de Comunicação-Cimi, Luana Luizy, Brasília, 1º/2/2013 "A presença inusitada de um funcionário da empresa de consultoria ambiental, Ecology, ligada a Eletrobrás causou estranhamento nos indígenas. Questionado sobre sua procedência, o funcionário ora alegou ser do Ministério Público Federal, outrora da Funai, mas os indígenas conseguiram desmascará-lo e apreenderam pacificamente anotações e filmagens que portava consigo. "Pedi para ele se

mês, aprofundou-se o desentendimento entre as lideranças Munduruku e a equipe de governo federal. Em encontro no Planalto, um dos homens-fortes da presidente Dilma assim se dirigiu aos índios:

> Vocês têm duas opções; uma delas é inteligente: é dizer ok, nós vamos acompanhar, vamos exigir direitos nossos, vamos exigir preservação disso e disso e benefícios para nós. A outra é dizer não. Isso vai virar, infelizmente, uma coisa muito triste, e vai prejudicar muito a todos, ao governo, mas também a vocês. A hidrelétrica, a gente não faz porque a gente quer, (mas) porque o país precisa", disse o ministro Carvalho, às portas do Palácio do Planalto, aos Munduruku.[15]

Hidrelétricas e outras obras de infraestrutura se tornaram, assim, instrumentos poderosos de

---

explicar na plenária, pois as pessoas não sabiam quem ele era. Avaliamos que essa pessoa estava fazendo espionagem para levar às empresas estratégias sobre como implantar projetos e viabilizar os estudos na região, ou ainda, visualizar quem são as principais lideranças", aponta Marcos Apuriña, coordenador da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia brasileira (Coiab)". Disponível em: <www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6707>.

[15] Cf. "Lideranças Munduruku rechaçam hidrelétricas e chamam ministros de mentirosos", texto de Renato Santana, assessoria de imprensa do Cimi – Conselho Indigenista Missionário, Brasília, 22/2/2013 extraído de <www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6728&action=read>.

espoliação. Cinco comunidades Guarani Mbya no oeste do Paraná, desalojadas de seus *Tekoha* ancestrais pela represa da hidrelétrica de Itaipu em 1982 estavam, ainda em 2010, aguardando solução decente para suas novas terras e aldeias. Ikpengs do Mato Grosso, deslocados pelos lendários Villas Boas para o Parque do Xingu, mesmo sabendo que as terras de seus antepassados estão tomadas pelo agronegócio e ameaçadas por novas hidrelétricas, mantêm a sua pretensão de retornar.

Os poucos sobreviventes Xokleng, em Ibirama-SC, também sofrem pelo não cumprimento de acordo feito, em 1992, com a União e o Estado, mais de 20 anos depois da sua expulsão pela formação da represa da barragem Norte do rio Itajaí. Megaempreendimento turístico em São José dos Buritis, Ceará, se apropria de terras dos Tremembé; em região próxima, os Anacé são expulsos de onde moravam por um projeto de refinaria de petróleo da Petrobrás dentro do distrito portuário-industrial de Pecém.

Os Potiguara do litoral paraibano, mesmo estando com terras homologadas há algumas décadas, sofrem com a invasão por parte de fornecedores de cana para as destilarias de álcool. Os Truká e Pipipã do oeste pernambucano tiveram sua terra atravessada pelo canal Norte, o principal do projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Nem toda a violência contra índios pode ser debitada nas contas da guerra econômica que tem como alvo os seus territórios, mas a síntese é aterradora: o Conselho Indigenista Missionário relata, no ano de 2010, 92 casos de violência contra o patrimônio indígena; 60 assassinatos;

mais 27 tentativas; 15 homicídios culposos e 1.015 casos de lesões corporais dolosas (Cimi, 2011).

Indígenas sob a investida das empresas mineradoras

Tramita no Congresso Nacional, há 17 anos, (proposto pelo então senador Romero Jucá, PFL de Roraima) um Projeto de Lei visando regulamentar o artigo 231 da Constituição. Também está na pauta atual a alteração do Código da Mineração, no qual, além de mudanças numéricas nas repartições da renda mineral, com possível aumento das alíquotas da Cfem – Contribuição Financeira pela Exploração Mineral – destinada aos municípios, estão sendo meticulosamente estudadas, inclusive com a participação de algumas lideranças indígenas, maneiras de compensá-los economicamente[16]. Discute-se a possibilidade de se fazer as obras em terras indígenas, portanto, contrariando em princípio o artigo 231 – "desde que" se empregue uma certa proporção dos próprios índios – o que,

---

[16] Disponível em: <extra.globo.com/noticias/economia/empresas-fazem-mais-de-45-mil-pedidos-para-explorar-de-ouro-cobre-em-terras-indigenas-7726202.html>. "O autor do substitutivo, o deputado federal Édio Lopes (PMDB/RR), frisa que seu projeto cria fundos a longo prazo para que os índios não fiquem desprotegidos e que as reservas de povos cujo 'estágio cultural' não lhes permita entender o debate serão preservadas. Ele descarta o poder de veto aos índios e espera votar o projeto ainda este ano: A mineração em terras indígenas vai acontecer com ou sem consentimento, então, é melhor que eles negociem."

longe de compensar qualquer coisa, seria uma maneira de expropriá-los definitivamente, colocando-os em um regime salarial sem retorno. Centenas de requerimentos de lavras de minérios já registrados em superposição às delimitações de algumas terras indígenas certamente são um fator de complicações graves no futuro desses territórios e desses povos[17]. Outra possibilidade, cada vez mais mencionada, é a de uma compensação financeira mensal ou anual para os ocupantes das terras indígenas onde se pretende minerar, de alguma maneira introduzindo o fluxo perene de dinheiro como contrapartida pelo fato da exploração estar sendo realizada naquele local. Assim fez, nos anos 1980, a então Companhia Vale do Rio Doce com o grupo Kaiapó chamado Xicrim do Cateté, perto de Redenção do Pará. Os indígenas recebem, desde então, uma espécie de "mesada" da Vale – concedida por acordo formal intermediado pela Funai e em cima de planilhas de gastos em projetos e atividades – porque estavam antes numa terra que ela hoje explora e acabaram ficando num terreno em torno, como um cordão sanitário ao redor da mineração. Em algumas ocasiões, para forçar suas propostas nas negociações, eles ocupam e bloqueiam trechos da ferrovia por onde escoa a volumosa exportação de minério de ferro da empresa (Gordon, 2006).

[17] Disponível em: <ti.socioambiental.org/#!/destaque/violencia>.

Muitos outros brasileiros na ilusão destruidora da mineração

Compilamos aqui alguns outros casos importantes dentre as dezenas de regiões-alvo do capital minerador no Brasil, onde o povo resiste dramaticamente – ou, já não resiste mais, e nem por isso, progride ou melhora de vida, conforme prega insistentemente a propaganda:

1) no Noroeste Mineiro, o novo ciclo do ouro faz renascer a mística da época da velha Paracatu, em uma reedição bem maior e pior; os quilombolas das comunidades Machadinho, Amaro, São Domingos vão sendo ludibriados, lesados, envenenados por uma das maiores empresas mundiais do ramo, a Kinross, que retira o maior volume de material dentre todas as minas brasileiras, insistindo com a lavra de um minério de baixíssimo teor de ouro (0,4 ppm) – o que, logicamente, requer o uso de processo largamente degradante e contaminante;

2) no mesmo município, o grupo Votorantim opera uma mina de zinco, chumbo e calcário. Ambas retiram de rios afluentes do rio Paracatu, volumes de água bem maiores do que a própria cidade consome, e fazem extensas barragens de rejeitos em cima de antigas glebas rurais (Souza e outros, 2011);

3) não longe dali, o problema se repete para os moradores das áreas rurais dos municípios de Vazante e Lagamar, que continuam sendo expropriados direta e indiretamente (por meio da restrição ao uso das águas) pela mineração de zinco da CMM, grupo Votorantim, cuja operação já

provocou acidentes geológicos com dezenas de episódios de afundamento do solo e com inundação da própria mina pelo rompimento de volumosos lençóis subterrâneos de água. Como consequência, as águas superficiais vão se esgotando em extensas áreas agrícolas próximas, além da grave contaminação no rio Santa Catarina prejudicar um número ainda maior de agricultores (Rodrigues Filho e Viana, 2011);

4) de forma comparável, também em Minas Gerais, a velha Congonhas do Campo, famosa há três séculos pelas impressionantes esculturas dos profetas bíblicos feitas pelo Aleijadinho, entrou no circuito da grande siderurgia por causa da mina de ferro conhecida como Casa de Pedra, quando da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), nos anos 1940. Na pseudomodernidade da era neoliberal, a região de Congonhas e da vizinha Ouro Branco vai se transformando "numa Cubatão": o bairro Plataforma, dentre outros, sofre com todas as sequelas da produção e transporte crescentes e descontrolados de minério, a expulsão de centenas de moradores pelas novas instalações da CSN, a especulação imobiliária, o ruído e a poeira infernais. O bairro Pires tornou-se um exemplo chocante de povo "atingido pelas caçambas", cuja intensa movimentação gera volumes enormes de finos de minério que poluíram totalmente as fontes de água da população, além da atmosfera (Milanez, 2011).

Bem, poderia ser replicado que nos investimentos mais modernos isso não ocorre. Da leitura do mesmo livro consultado, organizado pelo Cetem – Centro de Tecnologia Mineral, em que cada

capítulo foi feito por um grupo de pesquisadores que se dedicou a cada uma das dez maiores minas operando no país, pode-se deduzir que, em nenhum desses casos, os indicadores de desenvolvimento e de qualidade de vida do município podem confirmar qualquer progresso ou quiçá "desenvolvimento" após o início do funcionamento das grandes empresas;

5) as transformações sociais, é claro, foram e continuam sendo notáveis, rápidas e perturbadoras no caso dos municípios paraenses de Canaã dos Carajás onde a Vale vai extraindo e concentrando em grande escala os valiosos cobre e ouro; e

6) de Juruti, próximo de Santarém, onde a norte-americana Alcoa começa a abrir uma das maiores minas mundiais de bauxita, minério precursor do alumínio metálico; também no município goiano de Crixás, onde a sul-africana Anglo extrai ouro por meio de um processo altamente contaminante (Fernandes, Enriquez, Alamino, 2011).

As grandes empresas, obviamente, adotam linguagens participativas, criam e apoiam projetos "comunitários", alguns deles filantrópicos, contratam *experts* em resoluções de conflitos e em projetos de desenvolvimento sustentável, mas, na prática, os municípios se degradam e a maioria dos moradores passa dificuldades. Um círculo vicioso infernal se instala: os novos empregos atraem gente de perto e de longe, a atividade dinamiza comércio e serviços locais, mas a inflação e a especulação explodem, e os bairros e municípios no entorno é que se adensam descontroladamente. As prefeituras recolhem, sim, alguns milhões de reais

a mais, a cada ano, por meio da Cfem, mas as empresas desinformam os volumes reais de produção, portanto, rebaixam os montantes que deveriam ser repassados, e acabam por submeter o poder local aos seus caprichos. Diminui muito a renda de outras atividades: em geral, cai a área plantada e aumenta a área desmatada, reduzem-se os rebanhos e, onde havia movimento turístico, este fica comprometido (Sevá, 2011).

Dentre os investimentos ainda em curso, destacam-se:

a) o famoso *projeto Minas-Rio*, iniciado pela empresa MMX (do empresário-celebridade Eike Batista, filho de Eliezer Batista, um dos "pais" da Vale) e depois revendido para a multinacional Anglo American, já mencionada, rebatizado de "Anglo Ferrous Minas-Rio". A mina projetada no coração da Chapada Diamantina mineira afetaria diretamente a utilização de água na Serra do Sapo e os municípios Dom Joaquim e Alvorada de Minas, MG; a previsão é de captar inicialmente 600 litros de água por segundo, no rio do Peixe, fazendo 32 km de adutora com túneis. Com a construção de mais um mineroduto – além do que já funciona há décadas ligando a região de Mariana, MG, com o porto de Umbu, ES – haveria uma nova transposição de água da bacia do rio Doce, que será despachada junto com polpa de minério, e descartada na ponta final do duto. Quase 40 municípios se localizam ao longo do trajeto de 525 km, dali até a região da foz do rio Paraíba do Sul, no município de São João da Barra, distrito de Açu no litoral norte fluminense. No rastro dos destroços, chamados "impactos indiretos", seriam

afetados parques municipais e estaduais; seria transformada para sempre, e para pior, a vida na pacata e turística Conceição do Mato Dentro. O que, para o executivo-celebridade é considerado um "sonho" a ser construído num local "deserto", para os moradores que desde o início foram mal tratados, é um pesadelo real[18]. Em 2008, o poder de influência do empresário junto aos governos ficou claro: conseguiu obter do Ibama a licença ambiental de instalação das primeiras obras, e a intermediação do governo do Rio de Janeiro para fazer uma parte do "serviço sujo" desalojando os moradores com uma "grife" oficial. Assim foi relatado no *site* do projeto "Mapa de injustiça

---

[18] Trechos da entrevista de Eike Batista (EB) à revista *Carta Capital* (CC) na edição n. 670 de 2/11/2011, p. 44 e 45. *CC: Há quem diga que, se o projeto não incluir o setor público, necessariamente esbarra em entraves burocráticos ou ambientais.* EB: "Temos o conceito GIT – Gestão Integrada do Território, um processo muito nosso, sinônimo de capitalismo humano. Quando vamos às audiências públicas, mapeamos os potenciais grupos ou pessoas afetadas e tentamos resolver o problema de cada um. Não quer dizer que você vai resolver o de todo mundo, mas com esta visão você entra nas audiências com 80% de aprovação. O empresário brasileiro que empreende projetos de um certo tamanho tem a obrigação de não achar que 'o estado faz', 'o município faz'".. *CC: Porque apostar no Porto do Açu?* EB: "Estou no Sudeste do Brasil, fiquei fascinado de ver a área livre, dá para construir um complexo industrial dos sonhos (...) os nossos portos são totalmente engalfinhados [*sic*] pelas cidades, Santos tem calado de 12 m não tem conceito de modernidade... O Brasil é um pais costeiro, vamos construir um complexo dos sonhos. Já temos as três âncoras-gigantes: um projeto de mineração, um estaleiro e a siderúrgica Techint".

ambiental e saúde"[19]. Se o projeto se concretizar, um fluxo estimado em 27 milhões de toneladas por ano de minério de ferro com água e aglomerantes seria transportado para o terminal de Açu, destinado à exportação na forma de *pellets* ali produzidos após a secagem da lama de minério, ou à transformação em aço, ali mesmo, caso vinguem os projetos de usinas siderúrgicas da indiana Tatá e da chinesa Wuhan. A abertura da mina e a implantação da infraestrutura para o despacho de lama de minério provocou na região de Conceição do Mato Dentro – MG, uma reação intensa contra a empresa Anglo American. No processo de licenciamento ambiental, as audiências públicas foram tumultuadas pela postura agressiva da empresa e por manobras de bastidores, típicas da

---

[19] Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=121>. "Outro avanço na execução do empreendimento se deu em junho de 2008, quando o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou um decreto no qual declarava uma área de 7.200 hectares de interesse público, a qual deve ser desapropriada, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Condi). Esta área está localizada no 5º distrito de São João da Barra e é principalmente ocupada por pequenos agricultores, que deverão ser realocados ou indenizados para construção do condomínio industrial previsto no projeto. Deve-se salientar que tanto o condomínio industrial quanto o porto são empreendimentos a serem construídos e geridos com recursos privados. No entanto, tal desapropriação está sendo feita com recursos de uma autarquia pública. Essa medida provocou forte reação dos moradores das localidades conhecidas como Mato Escuro e Água Preta, as quais posteriormente foram retiradas da lista de áreas a serem desapropriadas, poupando cerca de mil famílias do processo".

política brasileira, onde os interesses empresariais se fizeram representar em todos os níveis do Legislativo, Executivo e Judiciário, restando apenas a “janela” do Ministério Público que canalizou parte da insatisfação dos grupos atingidos e de entidades de defesa regional[20];

b) uma nova linha ferroviária batizada com neutralidade geográfica de “Oeste-Leste” ligaria a região do agronegócio dos cerrados próximos à divisa com Goiás, sintomaticamente, a cidade que foi rebatizada com o nome de um político da dinastia de Antônio Carlos Magalhães, com um grande projeto de extração de minério de ferro no interior do Estado (Caetité). Daí, levando soja e minérios, a ferrovia desembocaria num terminal de exportação perto de Ilhéus para navios de grande porte, cuja construção prevê a saída de moradores da faixa litorânea. O governo baiano, fanático em sua defesa do projeto, o apregoa como a redenção da metade do sul do Estado, e qualifica os críticos e os atingidos como inocentes úteis a serviço de “forças internacionais que disputam com a Bahia esse tipo de investimento”, conforme declaração de um secretario estadual à TV.

[20] Ver o relato mais detalhado em <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=253>.

Os povos vizinhos, andinos e amazônicos, também no alvo das minas, poços de petróleo, plantações industriais

Nos países vizinhos, a situação é parecida, ou pior: no altiplano andino, tornou-se crítica a vizinhança das jazidas de minérios cobiçados com as cidades e *"pueblos"* rurais, onde o abastecimento de água depende de algumas lagoas de altitude e de poucos rios que atravessam paisagens semiáridas, ambos alimentados pelo degelo sazonal dos picos gelados. A "abertura" de tais jazidas no Peru para exploração pelas multinacionais se intensificou durante os governos de Toledo e de Garcia (2003 a 2011) e fez multiplicar os conflitos. Um dos casos mais dramáticos fica em Cajamarca, onde a empresa Yanacocha pretende abrir a megamina de Conga, e os moradores fazem manifestações seguidas contra o projeto, com repercussão nacional, inclusive, por terem enfrentado o governo recém-eleito de Omala em 2011, que ali começou a desrespeitar suas promessas de campanha[21]. Na Argentina, constituíram-se vários movimentos locais contrários à abertura de novas minas, e um embrião de movimento nacional chamado "Noalamina". Em 2012, uma cidadezinha de 7 mil habitantes obteve a façanha política de proibir a mineração pela via de um plebiscito com força de lei[22].

---

[21] Consultar <tierraylibertad-lima.blogspot> e <servindi.org>.
[22]Disponível em:

A exploração petrolífera vem se especializando na espoliação de povos nativos pelo continente sul-americano: a luta política se radicaliza nas porções amazônicas do Equador, do Peru, da Colômbia, da Bolívia, e também no Brasil onde grupos nativos ainda residem e resistem nos locais de seus antepassados. Territórios que foram previamente transformados em “blocos” de terreno a serem leiloados e concedidos pelo Estado a grandes grupos empresariais, em geral, estrangeiros, independentemente de consulta prévia aos moradores. A selva amazônica foi “quadriculada à revelia” pelas agências reguladoras dos negócios petrolíferos em cada um desses países, prevendo completar toda a informação geológica e cartográfica para mais uma etapa, uma das últimas, na expansão dos negócios petrolíferos (Sevá, 2008).

<losmovimientoscontraatacan.wordpress.com/2012/07/10/un-pueblo-argentino-consigue-prohibir-la-megamineria-en-el-primer-referendum-vinculante-del-pais/>. Informe de Martin Cunho e Emma Gascão (Diagonal): “El 3 de junio pasado Loncopué entraba en la historia. Se convertía en el primer pueblo argentino que prohibía la megaminería en una votación de obligado cumplimiento. Una lucha que comenzó en 2007. Loncopué es un pueblo de poco más de 7 mil habitantes en la provincia patagónica de Neuquén, en el sur argentino. Nadie hubiera sospechado de su existencia de no ser porque sus habitantes, aliados con las poblaciones y las comunidades mapuches cercanas, consiguieron expulsar no a una sino a dos multinacionales mineras de sus alrededores. Pero algo distingue a Loncopué de otras experiencias semejantes de lucha contra la minería metálica a cielo abierto en Argentina. Después del 3 de junio de 2012 se ha convertido en el primer pueblo argentino que ha conseguido prohibir la megaminería a través de un referendum vinculante”.

No Equador, o caso mundialmente conhecido da extensa área contaminada deixada pela norte-americana Texaco-Chevron, em Sucumbios, é objeto de longas ações judiciais internacionais no valor de bilhões de dólares[23]. Em 2013, a Suprema Corte dos EUA negou um recurso da Chevron sobre a obrigação, determinada anos antes por tribunal equatoriano, de pagar uma indenização de 18 bilhões de dólares, correspondentes ao conjunto dos prejuízos ambientais e para a saúde dos moradores da região[24]. Tornou-se um dos casos mais emblemáticos de movimento social contra a poluição e a arrogância da indústria petrolífera[25].

Na região de Pastaza, também no Equador, foram relatados pela antropóloga Suzana Sawyer os detalhes dos enfrentamentos e da dura negociação entre indígenas e "petroleras": três cenas de encontros políticos, em 1994, dois deles como mesas de negociação, cuja efetivação só foi obtida após manifestações nas ruas e nas sedes de empresas e órgãos de governo, feitas pelas entidades indígenas da região; a terceira cena de

---

[23] Consultar <www.texacotoxico.org e www.accionecologica.org>.

[24] Disponível em: <amazonwatch.org/news/2012/1009-us-supreme-court-rejects-chevron-appeal-in-ecuador-pollution-case> e <amazonwatch.org/news/2013/0304-chevron-using-60-law-firms-and-2000-legal-personnel-to-evade-ecuador-environmental-liability>.

[25] Mencionado, juntamente com outros casos nas Amazônias brasileira, equatoriana e peruana em Sevá (2010a) e também no livro do jornalista investigativo norte-americano Greg Palast, que relata vários outros casos similares de espoliação pelo mundo afora, p. ex., o dos nativos Inuits no Alaska, pela Shell e pela British Petroleum (Palast, 2011).

um ato de início de funcionamento de uma comissão interpartes, com representantes das empresas Atlantic Richfield (Arco), a italiana Agip e a estatal Petroecuador. A autora qualifica a ação empresarial como a "antipolítica das corporações", já que a exigência das entidades indígenas não foi aceita pela Arco: primeiro resolver prejuízos já havidos e pendências, antes de por em funcionamento um comitê para os problemas ambientais futuros da atividade petrolífera, prevista para continuar se expandindo. Uma síntese da situação é a foto de um muro pichado no cemitério da cidade de Puyo com os dizeres: *"De que sirve la plata de las petroleras si quedamos jodidos por toda la vida"*.

O inegável avanço político equatoriano com a nova Constituição reconhecendo as nacionalidades dos povos nativos e os seus valores quanto à natureza não consegue, no entanto, deter a roda da luta de classes e da luta anti-imperialista. Cresce o desentendimento entre o governo de Rafael Correa e os movimentos indígenas por causa do incentivo governamental aos projetos de mineração e petróleo, a polêmica inclui uma manobra ideológica sofisticada, com o próprio presidente declarando que *"hoje, Marx seria extrativista"*... como ele, Correa. Ao que o marxista James Petras replicou em fevereiro de 2013, época da reeleição do presidente[26]:

---

[26] Petras, J. *Equador: Regimes políticos de centro-esquerda* versus *movimentos sociais radicais.* Disponível em: <resistir.info/petras/petras_12fev13.html>.

> Recentemente Correa propôs contratos de petróleo a multinacionais a fim de explorar 13 blocos na imaculada região amazônica que cobre milhões de hectares e habitada por sete nacionalidades índias, sem consulta às comunidades indígenas, portanto, violando a sua própria constituição recém-escrita. Mobilizações poderosas, conduzidas pela Conaie e Confeiae (a Confederação Equatoriana das Nacionalidades Índias Amazônicas) em 28 de novembro de 2012 em Quito e nas regiões destinadas à exploração, levaram a que várias grandes empresas de petróleo adiassem a furação. Face à resistência índia determinada, Correa mostrou o lado autoritário do seu regime: ameaçou despachar os militares para ocupar e impor à força uma espécie de "lei marcial", aumentando as perspectivas de uma prolongada guerra política.

No Peru, em junho de 2009, ocorreu a chacina de Bágua Grande, na região amazônica, por ocasião do bloqueio de uma rodovia por grupos de indígenas e de sua "desocupação" por forças militares federais, e teve origem na resistência desses povos ao avanço descontrolado das "petroleras" em sua região, apoiadas pelo governo Garcia; as perseguições sofridas desde então pela entidade Aidesep – Associación Interetnica por el Desarollo de la Selva Peruana e por seu presidente Alberto Pizango, as tentativas dos governos em passar novas leis "de terras" no congresso, toda essa sequência ainda mostra a resistência ativa e a ferida aberta, insolúvel, nos direitos desses povos

às suas terras e à sua condição de cidadãos plenos ainda não reconhecida pelas elites peruanas[27].

A exploração petrolífera também vai deixando no Brasil os seus rastros de conflitos e as marcas da espoliação

Na Amazônia, a província petrolífera pioneira em Urucu vai se ampliando com o término do gasoduto de 600 km ligando com Manaus, com a abertura de novas instalações produtoras de gás no baixo Juruá e com o avanço das prospecções no médio Juruá, sul do Amazonas e Acre, incluindo os entornos de várias terras indígenas e unidades de conservação; a tendência mais provável é que essas TIs e UCs sejam progressivamente "liberadas" para esses investimentos considerados como "estruturantes" da economia nacional. Também nas bacias sedimentares do rio Parnaíba (Piauí e Maranhão, incluindo a região do delta e dos Lençóis Maranhenses) e do rio São Francisco em MG, a prospecção se amplia a cada rodada de licitações da agência ANP, que também por aqui, quadricula o terreno à revelia de quem lá mora. E os conflitos se agravaram recentemente e de modo mais intenso no litoral, desde o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco até Santa Catarina; de modo mais grave, nas zonas recentes de investimentos em estaleiros e áreas produtoras na Bahia, no Espírito

---

[27] Acompanhar pelos *sites* da Aidesep <www.aidesep.org.pe> e do Observatório Petrolero de La Amazônia Norte: <www.puinamudt.org>.

Santo, no Rio de Janeiro e, ainda pelo “loteamento” progressivo do próprio mar, submetido cada vez mais às zonas de restrição à pesca e de exclusão de trânsito de quaisquer outras embarcações além das que dão apoio à exploração *off-shore*. A valorização da faixa litorânea de terras, que já vinha sendo estimulada pelo turismo e hotelaria, se agravou com a febre do “ouro negro”; o cercamento dos pesqueiros marítimos mais tradicionais e a repressão aos barcos de pesca vão, assim, infernizando a vida dos pescadores, inclusive os pequenos empresários, e vai se formando um novo contingente de espoliados (Sevá, 2010b).

Parte II - Conflito, resistência, luta política

A desterritorialização que detalhamos no tópico precedente é chamada, na linguagem chucra das altas direções empresariais, de “limpeza da área”; ou então, na linguagem hipócrita dos licenciamentos ambientais, de “reassentamento involuntário”. Na realidade, esse é o objetivo das mineradoras, das empresas de hidreletricidade e de petróleo, do agronegócio. Muitas destas formas não capitalistas de trabalho e de socialização – onde as pessoas conseguem sobreviver sem serem assalariadas (ou exclusivamente), por meio de algum tipo de exploração mais coletiva dos recursos naturais – estão no alvo, simplesmente, porque os locais onde moram e a sua força de trabalho estão na mira dos novos investimentos.

Para as pessoas que moram, trabalham, coletam, pescam, plantam, usam aquele pedaço do mundo, sua defesa passa a ser quase uma questão de sobrevivência. Por isso elas resistem, reagem, repudiam. O capital apenas prossegue no seu processo de acumulação ao eleger estas mesmas localidades como alvo. Então, não existe apenas um conflito, algo temporário, que possa ser gerenciado até que um dia se “resolva”. Na realidade, o que existe é a velha luta de classes. Naqueles locais onde houve esta escolha por parte do capital, as empresas e os agentes oficiais que as acompanham desencadeiam um antagonismo intrínseco, necessário para que o capital consiga se estabelecer. As pessoas estavam lá antes, e aquilo

foi eleito para ser uma região onde vai ser aberta uma mineração, ou rasgada uma estrada de ferro, onde será construído um novo porto, ou será feita uma imensa plantação industrial de eucalipto, serão erigidas hidrelétricas e suas linhas de transmissão... é óbvio que aquelas pessoas que estavam lá antes, de fato, não têm outra opção a não ser sair de lá. Porque o capital vai fazer de tudo para retirá-las. Então é um conflito? É, porque aparece como uma briga, uma situação de desentendimento, uma divergência de interesses. Mas não é um conflito surgido porque dois grupos "vindos de fora" disputariam o mesmo espaço, a mesma riqueza. É sim um antagonismo, pois o capital somente consegue se implantar dessa forma; porque os moradores anteriores têm somente essa forma de sobreviver.

Chama a atenção o fato de que a palavra "conflito" passou a ser utilizada também pelas forças sociais e políticas que criam; já perceberam que são inerentes e inevitáveis, e agora querem se especializar e se aprimorar na maneira de gerenciá-los, mediá-los, minimizá-los. Não no sentido de resolvê-los de maneira equânime, legal, eticamente ajustada. Não é isto, e sim gerenciar "para que seja atingido" o objetivo de implantação daquele tipo de investimento capitalista. As próprias empresas e as agências de governo estão criando corpos de funcionários especializados para se dedicar à "resolução" – entre aspas, porque não resolvem – destas situações que eles próprios criaram ou foram incapazes de evitar (Acselrad e Bezerra, 2010).

Outra vertente explicativa do antagonismo é o financiamento desses surtos de ampliação capitalista; algo muito peculiar, que tem que ser levado em conta para se compreender as consequências sociais. As hidrelétricas, mineradoras, siderúrgicas, usinas de celulose, álcool, refinarias de petróleo são projetos muito caros; a construção e a montagem de cada unidade de produção exigem alguns bilhões de reais, as grandes hidrelétricas exigem dezenas de bilhões. Mobilizar recursos financeiros desta ordem resulta de uma estratégia também muito peculiar: cada projeto tem que ser criado como se fosse uma planta, uma árvore, desde a semente e a muda. E tem que ser superprotegido para que não morra, não se desvie das atribuições iniciais; o discurso capitalista menciona sempre o risco; na prática, faz tudo para ter garantias, estabilidade, segurança, continuidade, perenidade, dizem alguns menos discretos, mais ousados. A concretização de novos investimentos deve ser considerada a todo e qualquer momento como “irreversível” e, para isso, devem os seus apoiadores e idealizadores conformar a linguagem, utilizando sempre os verbos no tempo futuro do indicativo, jamais no condicional, colocando nos mapas a simbologia de que já existe algo que está apenas projetado (designando indústria, o que ainda é plano, batizando hidrelétrica, o que ainda é projeto). Fazendo da antevisão uma crença, um dogma: a obra “vai ser” aqui..., “passará” uma ferrovia..., a usina “será” inaugurada...

Por isso também têm que reduzir os riscos políticos, identificando os resistentes e conseguindo

flexibilizá-los ou eliminá-los. Para tanto, esses promotores dos investimentos costuram apoio e vendem promessas em várias instâncias, desde a localidade onde estão os grupos atingidos, os vizinhos, os jornais e rádios, passam a circular em gabinetes e corredores dos prefeitos, dos parlamentares, dos governadores e dos candidatos a esses cargos. Muita coisa então se explica pelas relações estreitas, veladas e, às vezes, secretas, entre os executivos e gerentes das corporações privadas e estatais e os homens da administração pública: funcionários e togados da Justiça, agentes do fisco, das aduanas, dos serviços e obras públicas, da polícia, das agências ambientais e trabalhistas.

Por tais razões, os grupos locais de moradores que resistem a essas investidas na realidade lutam contra o poderio do Estado e contra a soberania empresarial; a sua luta é por direitos humanos, sim, como se tornou voz corrente nas últimas décadas, mas é, antes de tudo, luta pela sobrevivência, elementar. Porque não querem ser expropriados, empobrecidos, mas, para isso, têm que lutar para obter e manter os seus direitos políticos no país onde vivem. Uma luta, afinal, pela democracia plena e não apenas pela ocasião periódica de eleger esse ou aquele.

Fios condutores da ditadura do capital

Essas cenas pungentes não são um somatório de desencontros que se tornam mais numerosos em determinados momentos ou locais, e sim, expressam algo estruturante de nossa

história e de nosso destino até aqui mal resolvido como nação e como democracia – desejado e louvado por tantos e tão distintos brasileiros.

As chamadas grandes obras governamentais apareceram com destaque no período da ditadura Vargas, até 1945: a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, a primeira grande usina hidrelétrica em Paulo Afonso-BA. Depois, reaparecem com força mais do que simbólica – uma capital federal inteiramente nova e "no meio do nada" – durante o governo Juscelino, 1956-1960. Vivíamos sob uma democracia formal, sim, mas a vida política brasileira esteve completamente subordinada aos interesses de alguns grandes grupos capitalistas que constituíram uma espécie de governo paralelo muito mais efetivo que o oficial. As grandes obras se tornaram ícones do poder central no período da chamada ditadura militar, caracterizando-se pelas facilidades aos grandes grupos capitalistas por meio de incentivos, subsídios, isenções, financiamento de agências governamentais. Avançaram sobre os territórios de populações que não tinham a menor defesa contra aquele aparelho que juntava o favorecimento a estes grandes grupos econômicos com a força repressiva, policialesca e de coação que dominou a vida civil cotidiana brasileira de 1964 até pelo menos 1989.

Muitos dos conflitos que hoje ainda estão evidentes, mal ou não solucionados, se formaram naquela época. Por exemplo, a usina hidrelétrica de Sobradinho, feita em meados de 1970 no sertão baiano, a maior represa brasileira, desalojou aproximadamente 100 mil pessoas, um número

estrondoso. Quatro cidades antigas foram submergidas, além de milhares de moradores rurais, muitos dos quais retirados à força literalmente, por soldados armados. Houve até gente retirada de última hora com a água já subindo.

No transe brasileiro do neoliberalismo, iniciado com Collor-Itamar em 1990 e exacerbado nos dois mandatos de Cardoso-Maciel (1995-2002), muitas das antigas grandes instalações e todos os novos projetos foram privatizados, de modo funcional à ofensiva antipopular e antisindical. Mas ainda havia o apoio das oposições partidárias às populações e entidades que resistiam à espoliação, algo que foi rapidamente perdido com a posse de Lula e depois a sua reeleição. Até hoje, meados de 2013, foram dez anos e meio de esvaziamento e de neutralização de muitos desses movimentos de resistência. Os governos Lula-Alencar e Dilma-Temer se encarregaram de desarmar a rica vida associativa e reivindicativa que existia no país, porque isso “atrapalharia os negócios”, entenda-se: comprometeria o desempenho e o ritmo de acumulação dos grandes grupos econômicos aos quais estão ligados.

Podemos, então, dizer que esses grandes projetos do capital ameaçam a democracia justamente porque exigem que os cidadãos em geral e especialmente os prejudicados, atingidos, espoliados sejam mantidos à parte do processo. Mexem com o dinheiro público, mantendo os contribuintes e os eleitores fora do processo decisório, porque estes não recebem nem as informações mínimas necessárias; e para que eles

não atrapalhem, e não sejam encarecidos, os custos do investimento que vai ser feito.

Podemos também pensar que o ideal, do ponto de vista destas forças capitalistas, é que houvesse um regime ditatorial permanente; e podemos até supor que essas grandes empresas, que vieram de fora e todas as que prosperaram, que acumularam muito capital nos últimos 30, 40 anos, têm saudades do tempo dos generais-presidentes; que, por elas, aquilo teria continuado. O grande capital sempre vai ter pretensões ditatoriais, não pode ser democrático porque ele é baseado ou numa relação de exploração intensa e crescente do trabalho e/ou numa conquista violenta e barata dos territórios onde ficam os recursos naturais, as posições estratégicas. Nesse tipo de análise, a escolha das "regiões-alvo" acaba sempre bem-sucedida porque o regime que foi estabelecido é o da ditadura capitalista, sob tutela militar no tempo dos generais, e hoje, sob tutela populista e cerceada pela coalizão conservadora. A "oferta" do dinheiro estatal e dos recursos naturais aos investidores e especuladores internacionais atingiu o ápice com o *road show* promovido desde fevereiro de 2013 pelo Ministro da Fazenda, Mantega, e pelos ministérios das áreas de infraestrutura[28].

---

[28] "Quem dá mais? Brasil à venda: Preços módicos" é o titulo de artigo publicado por Paulo Kliass, no *site* da agência Carta Maior e foi reproduzido no *blog* Viomundo. O documento criticado chama-se *Infrastructure in BRAZIL: projects, financing instruments, opportunities* anuncia para os últimos meses do governo Dilma-Temer (2º semestre 2013 e os dois semestres eleitorais de 2014) uma avalanche de leilões des-

A recorrência dos processos da acumulação de capital dita primitiva

Tais investidas caracterizam um verdadeiro impulso combinado de expropriação para a ampliação da infraestrutura e da indústria e de contrareforma agrária. A empresa capitalista moderna se confunde com a metrópole colonial, é soberana, como demonstra Bernardo (2004) em seus estudos do colonialismo português e inglês na África. Ou como prognosticou na sua última obra em vida o mestre Milton Santos:

> O território como um todo é objeto da ação de várias empresas, cada qual preocupada com suas próprias metas, e arrastando, a partir destas metas, o comportamento das demais empresas e instituições. Que resta então da nação, diante dessa nova

---

sas joias da coroa. Dias depois, Paulo Passarinho, publica no *Correio da Cidadania*: "Governo financia entrega das infraestruturas do país a bancos e multinacionais" do qual extraí o parágrafo: "Aos leitores que se encontrem espantados ou perplexos com tanta generosidade do governo brasileiro, há uma explicação adicional que é importante de ser conhecida. Para a chamada formatação dessas propostas de concessões, o governo criou, em 2009, uma empresa, a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), uma curiosa união do BNDES com oito bancos com atuação no país: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, HSBC, Citibank, Espírito Santo e Votorantim. É esta empresa, portanto, que estabelece essas condições para a continuidade da entrega da área de infraestrutura do país a investidores privados e estrangeiros, sempre com a providencial transferência de recursos do Estado para esses insuspeitos interessados." Consultar artigos e documentos em <http: www.infch.unicamp.br/profSevá>.

> realidade? Como a nação se exerce diante da verdadeira fragmentação do território, função das formas contemporâneas de ação das empresas hegemônicas? (...) Os fragmentos resultantes desse processo articulam-se externamente segundo lógicas duplamente estranhas: por sua sede distante, longínqua quanto ao espaço da ação, e pela sua inconformidade com o sentido preexistente da vida na área em que se instala. Desse modo, produz-se uma verdadeira alienação territorial à qual correspondem outras formas de alienação (Santos, 2000, p. 86-87).

Recapitulemos: o conceito de acumulação primitiva, melhor traduzido por acumulação original, é mais conhecido por designar processos históricos passados, ocorridos nos séculos XVII a XIX, quando as terras comuns na Europa Ocidental foram cercadas pelos grandes proprietários, pelas empresas de mineração, por agências do Estado. Os chamados homens comuns, do povo, sem títulos de propriedade, foram separados de seus meios sociais de produção e do acesso às suas condições básicas de reprodução. O cercamento dessas terras, onde moravam e trabalhavam, foi uma pré-condição para a proletarização e/ou para o assalariamento, e quase sempre, esse cercamento foi uma via certeira para a pobreza e a emigração (Sevá, 2012).

Essa alavanca da acumulação nunca foi a única – os numerosos casos descritos por Karl Marx e por Rosa de Luxemburgo o comprovam – e nem se acabou. Foi se deslocando no interior dos

países capitalistas, de uma região para outra, tomou novas formas de expropriação de outros bens comuns como as matas, os litorais, os rios.

Em novos países, como os EUA, povos nativos foram exterminados ou obrigados a morar em reservas limitadas, para que os colonos pudessem avançar com a agricultura capitalista e com a exploração madeireira, para que os "empreendedores" consolidassem as ferrovias, a mineração, a grande pecuária suprindo os frigoríficos, e depois, para que se implantassem os poços e dutos de petróleo e as hidrelétricas com suas represas cada vez maiores.

Os imperialismos se tornaram bem conhecidos nos séculos XIX e XX quando instrumentaram tais surtos de acumulação primitiva em localidades consideradas estratégicas na África, na Ásia, na Oceania; submeteram povos, criaram impostos, moedas, forçaram a mercantilização e o assalariamento (Bernardo, 2004). Reconquistaram, aperfeiçoaram a conquista ibérica nas Américas do Centro e do Sul – onde as terras comuns dos ancestrais astecas, maias, quéchuas, aimarás e de tantos outros povos nativos, bem como as terras públicas desses países recém-independentes foram, e continuam sendo, objeto de apropriação violenta e institucionalizada por parte das empresas capitalistas, muitas vezes mediadas pelo Estado e pelas elites locais.

É dentro dessa mesma trajetória histórica e política que devemos entender como hoje numerosos grupos de populações locais e regionais vêm sendo espoliados e injustiçados por alguns dos mais poderosos setores da indústria moderna:

aqueles que produzem e distribuem combustíveis e eletricidade. A espoliação que hoje sofrem esses brasileiros, não somente os grupos locais, mas toda a população trabalhadora e contribuinte, deve ser considerada uma continuação do colonialismo que nos definiu séculos antes, o mesmo ciclo de espoliação que castiga os nossos vizinhos na América do Sul e na América Central.

Uma parte do mecanismo geral de acumulação de capital e de poder se dá hoje pela via da espoliação, o que é bem explicado, dentre outros, pelo já mencionado geógrafo David Harvey: a) os ativos econômicos e infraestruturas de um país são privatizados a baixo preço, desvalorizados, como se deu no Brasil com a aquisição dos ativos estatais das empresas de mineração como a Vale, das siderúrgicas como a CSN, a Cosipa, a Usiminas e outras, das empresas de telefonia, e com as concessões de rodovias, ferrovias, portos, dos serviços de águas e esgoto, e agora, dos aeroportos aos grupos privados; b) são conquistados de modo repressivo – com violência sobre os grupos humanos que residiam ali próximo – os recursos valiosos como a água e a possibilidade de irrigação, os minérios, as fontes de energia e de madeira, o patrimônio genético, os locais especiais como os estuários dos rios, as lagoas piscosas e os pesqueiros marinhos. O cercamento da terra prossegue por meio de distintos rearranjos fundiários desencadeados pelas expansões do agronegócio (soja, milho, pastagens), das minerações, das represas de hidrelétricas, das monoflorestas industriais (eucaliptais, pinheirais, canaviais).

No Brasil de hoje, são raros os pesquisadores que se dedicam a qualificar de modo mais rigoroso essa permanência dos mecanismos de acumulação primitiva no seio de investimentos tidos como modernos, estruturantes, desenvolvimentistas e outros sonoros adjetivos. Relembro que um dos traços definidores desses mecanismos é exatamente o uso da violência, no sentido resumido por Marx em sua análise da acumulação primitiva (conquista, escravização, rapina, assassinato) – e que se encontra com riqueza de detalhes no capitulo 24 d'*O Capital* (Marx,1964). Assim comenta um desses raros colegas, o economista Carlos Brandão:

> Tais métodos baseiam-se na dominação e no predomínio da força bruta, cometendo atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal. A usura, a predação, a utilização de artimanhas ilícitas, a apropriação e a expropriação, as manobras especulativas etc. São os seus instrumentos ordinários e não excepcionais. O tomar domínio de bens públicos, assenhorear-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a historia do capitalismo (Brandão, 2010, p. 45).

Não é possível naturalizar o fato de que empresas ocupem porque tenham o direito de ocupar os lugares onde essas pessoas já moram; é muito mais difícil naturalizar a expulsão do que a relação de trabalho assalariado. Então, se cria um

discurso segundo o qual o sofrimento, a injustiça, a violência de deslocar forçadamente e expulsar essas pessoas é algo aceitável porque é uma espécie de "custo do progresso". É muito comum a gente ouvir e ler que, mesmo tendo esse ou aquele aspecto negativo, serão beneficiadas no futuro estas mesmas pessoas, ou, mais gente além delas.

Aí entra uma outra ideologia mais sofisticada, que se pode constatar em vários casos: empresas capitalistas apresentam-se como porta-vozes do "interesse coletivo". Na verdade não só elas estão apenas buscando aumentar seu poderio e sua fonte de lucros mas, para amenizar o antagonismo próprio do sistema e "perdoar" suas arbitrariedades, se colocam como realizadoras de um "benefício comum". Isso a gente tem ouvido muito no Brasil, da boca não apenas de empresas capitalistas, mas também de pessoas do governo. Dizem que não seria correto, por exemplo, que uma minoria de pescadores, que ocupam determinada faixa do litoral, resista a um projeto de um terminal de exportação de minérios que vai desalojá-los, porque este projeto de exportação de minérios atende a um "interesse coletivo".

Dificuldades e limites de lutas mais do que justas

As batalhas desse povo que resiste em seus territórios chegam a ser conhecidas no panorama social e político geral das localidades e regiões onde ocorrem? Sim, pois, afinal, são lutas naqueles terrenos e dificilmente a gente das cidades mais próximas fica totalmente desinformada e alheia.

Mas, raramente, tais lutas conseguem uma ampla repercussão, e quase nunca obtêm a compreensão e o apoio de muitos cidadãos, mesmo nas localidades e regiões onde ocorrem. Isso porque os acontecimentos são abafados pelas empresas e por dirigentes políticos com elas comprometidos; mas também porque os demais movimentos organizados, como os sindicatos, as associações profissionais em geral, e partes do movimento ambientalista e dos tais formadores de opinião, incluindo acadêmicos e intelectuais, tratam de modo secundário as manifestações e reivindicações dos "outros". Ainda mais quando esses outros são muito pobres, são "tradicionais", são "atrasados", representam, de algum modo, um passado que deveria na opinião de muitos ser eliminado, superado, ou pelo menos neutralizado.

Casos existem, inclusive, em que, por exemplo, agricultores ou pescadores que se opõem à expansão da indústria ou da mineração ou do petróleo, ou das hidrelétricas, são considerados como inimigos pelos trabalhadores e sindicalistas desses setores industriais, mineradores, petrolíferos, elétricos. Numa situação específica de avanço de lavra subterrânea de carvão em galerias por debaixo de uma região de agricultura familiar consolidada, o Morro Albino em Criciúma, SC, por volta de 1996, os sindicalistas se aliaram aos seus patrões empresários da mineração e consideravam como inimigos os agricultores "burgueses", já que esses sabiam que sua água iria escassear, e se opunham, exigindo que valesse a decretação anterior de sua área como APA – Área de Proteção Ambiental. Os mineiros promoveram então

manifestações violentas sobre a Câmara Municipal quando se votava um projeto de manutenção da APA, provocando enfrentamentos físicos entre os grupos (Sevá, 2001).

Na história política recente do Brasil, já mencionamos, e podemos agora generalizar: o comunismo e o trabalhismo partidários, oficiais, incluindo o petismo e o cutismo desde as eleições de 2002, foram se tornando cada vez mais refratários às lutas populares quando essas significavam uma recusa (ou mera reformulação) dos investimentos capitalistas feitos pelo Estado e pelo grande capital com o beneplácito dos governos. Talvez se possa atribuir a mesma atitude ao kirchnerismo na Argentina, e inclusive aos governos de Morales na Bolívia e de Chávez na Venezuela.

Nesse ponto, convergem muitos dos dilemas políticos do anticapitalismo e da esquerda, já que ainda se cultiva nesse campo político a falsa ideia de que os setores e grupos chamados de atrasados devem ser primeiro vencidos pelo capitalismo – algo como o "custo político do progresso" – para depois então, já como proletários ou assalariados, se juntarem aos demais movimentos.

> Se o atual período tem visto a mudança de ênfase passar da acumulação mediante a reprodução expandida para a acumulação por espoliação, e se esta última está no cerne das políticas imperialistas, conclui-se que o balanço de interesses no interior do movimento antiglobalização e pró-globalização alternativa tem de reconhecer na acumulação por espoliação a contradição

> primária a ser enfrentada. Não deve ele, porém, jamais fazê-lo ignorando a relação dialética com as lutas no plano da reprodução expandida (Harvey, 2003, p. 144).

A luta em muitos dos territórios em que o povo brasileiro hoje resiste às "obras do PAC" confirma o relativo isolamento político daquele povo que luta; em vários casos, a sua luta é também contra a esquerda tradicional e contra o petismo. Dentre os raros instrumentos de ajuda a esses espoliados estão publicações do tipo cartilha, uma delas de autoria do jurista Joaquim Shiraishi, no quadro do projeto "Nova Cartografia Social da Amazônia" (Shiraishi, 2007); outra, elaborada no âmbito da luta contra o racismo ambiental e distribuída para entidades de povos tradicionais. Pretendem justamente esclarecer esses brasileiros a respeito de suas possibilidades de ações, seus direitos assegurados pelo Decreto n. 4.060, que regulamenta o conceito constitucional e estabelece política pública para as terras tradicionalmente ocupadas (Silva, Coelho, Silva, 2011).

Quanto mais crua a dominação política empresarial, mais elaborada a retórica pró-capitalista, mais sofisticada a divisão daqueles que poderiam ser dissidentes ou contrários. Porque o crescimento do poderio do grande capital é antidemocrático, mas não pode em geral reconhecê-lo. Tem que confundir democracia com capitalismo, liberdade política com liberdade para explorar e para investir. Governantes e partidos que os apoiam têm que revestir qualquer projeto

idealizado pelo grande capital como sendo de interesse geral; e assim, aplainar o terreno para estigmatizar os prejudicados e descontentes, ou seja, os espoliados, e junto, estigmatizar os opositores ideológicos do capital.[29]

Para a minha geração, que hoje tem 60 anos e mais, e viveu um longo combate à ditadura capitalista sob tutela militar, a fase atual é uma espécie de aprofundamento lógico da mesma luta, pois o poderio político das empresas hoje é bem maior.

A única maneira de não se entregar é pressionar diretamente as empresas, fustigar o capital, especialmente o capital financeiro e os partidos políticos que os apoiam. Tornar claro o como, quando e quem é diretamente prejudicado, vítima de injustiça, de injúria, de opressão e de violência. E explicar tudo isso, a cada vez, a quantos for possível, enquanto for possível.

---

[29] *“La situación futura será más grave donde la población esté hoy más desinformada, desmovilizada, manipulada por coroneles a la moda antigua, o amedrentada por un pasado de represión. Pero la amenaza también es muy grave cuando los intelectuales y políticos considerados de izquierda rezan el manual del capital, repiten los mantras ideológicos del capitalismo, y utilizan su capital político y cultural para aminorar las críticas de los que piensan de modo autónomo, con el fin de aislar a aquellos que simplemente siguen resistiendo a la expropiación”.* Entrevista de Oswaldo Sevá: “La ofensiva del capital contra los pueblos indígenas y campesinos es global”, febrero 1, 2011. Disponível em: < desinformemonos.org/2011/02/11406/print/>.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das N. "Inserção econômica internacional e resolução negociada de conflitos ambientais na América Latina", *in*: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p. 34-62.

ALMEIDA, Alfredo W. B. De. "Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos agronegócios", *in*: ALMEIDA, A. W. B *et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 101-143.

BERNARDO, João. *Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana.* São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux. propos pour servir à la resistance contre l'invasion neo-liberale.* Paris: Raisons d'Agir, 1998.

BRANDÃO, Carlos. "Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil", *in:* ALMEIDA, A. W. B *et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-70.

BRUNO, Regina *et al. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.* Rio de Janeiro: Mauad X e Edur – Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

CIMI. *Violência contra os povos indígenas do Brasil – dados de 2010*. Brasília. Disponível em: <www.cimi.org.br>.

FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUEZ, M. A. R. da S.; ALAMINO, R. de C. J. (eds.). *Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas*. V. 1, Rio de Janeiro: Cetem/MCTI, 2011.

GIMENO M., Juan Carlo. "Antropólogos, pueblos indígenas y ONGs en America Latina en La era del neoliberalismo", *in*: CALAVIA, GIMENO, RODRIGUEZ (eds.). *Neoliberalismo, ONGs y pueblos indígenas en America Latina*, 2ª ed. Málaga: Sepha, 2007, p. 9-52.

GORDON, Cesar. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebengokre*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Unesp; ISA, Nuti, 2006.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005 (2ª ed.) (1st ed. 2003, Oxford Univ. Press).

LEROY, Jean-Pierre. "Amazônia: território do capital e territórios dos povos, *in:* ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 92-113.

MAGALHÃES, S. M. S. B.; DEL MORAL, H., Francisco (orgs.). *Painel de especialistas – Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Especialistas vinculados a diversas Instituições de Ensino e Pesquisa identificam e analisam, de

acordo com a sua especialidade, graves problemas e sérias lacunas no EIA de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em: <www.xinguvivo.org.br>.

MARX, Karl. *A origem do capital: a acumulação primitiva.* São Paulo: Fulgor, 1964.

MILANEZ, Bruno. "Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo?", *in:* FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUEZ, M. A. R. da S.; ALAMINO, R. de C. J. (orgs.). *Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas.* V. 1, Rio de Janeiro: Cetem/MCTI, 2011, p. 199-228.

PALAST, Greg. *Vultures' picnic: in pursuit of petroleum pigs, power pirates and high-finance carnivores.* Nova York: Dutton, 2011.

RODRIGUES F., Saulo; VIANA, Mauricio B. "Gestão da água: o desafio do zinco em Vazante – MG", *in:* FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUEZ, M. A. R. da S.; ALAMINO, R. de C. J. (orgs.) *Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas.* V. 1, Rio de Janeiro: Cetem/MCTI, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAWYER, Suzana. *Crude Chronicles. Indigenous politics, multinational oil and neoliberalism in Ecuador.* Durham & London: Duke University Press, 2004.

SEOANI, Taddei Algranati. *Recolonización, bienes comunes de la naturaleza y alternativas desde los*

pueblos. Dialogo de los Pueblos / Geal – Grupo de Estúdios sobre America Latina y Caribe (UBA), Buenos Aires, 2010.

SEVÁ F., Oswaldo. *Num paraíso da água e da mata, o inferno da pedra fóssil (Piemonte da Serra Geral do sul catarinense).* Relatório da 5ª estadia profissional, a convite, na região, Outubro 2001. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/profSevá>.

_______. *Tópicos de energia e ideologia. O desenvolvimentismo como panaceia? A sustentabilidade como guia de corporações poluidoras?* Comunicação no GT: Energia e Meio Ambiente, I Encontro da ANPPAS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba/SP, nov. 2002. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/profSevá>.

_______. *Selva quadriculada à revelia. Povos e poderes em conflito nas Amazônias equatoriana, peruana e brasileira sob o avanço da indústria petrolífera,* apresentado no GT 4 – Grupo de Trabalho sobre conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais, 32º Encontro Anual da Anpocs – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu/MG, out. 2008. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/profSevá.

_______. "Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias", *in*: ZHOURI; LASCHESFKI (orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010a, p. 114-147 (+ mapas). Disponível em:

<www.ifch.unicamp.br/profSevá>.

_______. *Cercamento do litoral pelo capital petrolífero: sinais das derrotas dos pescadores e marisqueiros*. Comunicação no VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas/PE, Brasil, Grupo de Trabajo 7 – Dinamicas territoriales y disputa por recursos naturales, 2010b. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/profSevá>.

_______. "Mina Grande Conflitos Gerais", *in*: *Mapeamento dos conflitos socioambientais em Minas Gerais*, Gesta – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, ICHF/UFMG, 2011. Disponível em: <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/?pg=txtAnalitico>.

_______. "Capitalismo e energia: alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro", *in:* PORTO, Marcelo F. de S.; PACHECO, Tânia e LEROY, Jean-Pierre (orgs.). *Injustiça ambiental e saúde* (capítulo inédito). Rio de Janeiro: 2012.

_______. *Territórios-resistência do povo e regiões-alvo do capital: notas sobre a espoliação e a luta política.* 28ª Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, SP, 2012. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/profSevá>.

SHIRAISHI, Joaquim (org.). *Direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.* Coleção

Documentos de bolso, UEA, PNCSA, Manaus, 2007. Disponível em: <www.novacartografiasocial.com>.

SILVA F., F. C. O; COELHO, C. G; da SILVA, C. F. (orgs). *Orientações e informações para a defesa dos povos, de seus territórios e da liberdade.* GT Combate ao Racismo Ambiental/ Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Fortaleza: Instituto Terramar, 2011. Disponível em: <racismoambiental.net.br/>.

SOUZA, Keila V.; ALAMINO, R. C. J.; FERNANDES, F. R. C. "Paracatu: o conflito entre o 'Rio Bom' e a mineração", *in*: FERNANDES, F. R. C.; ENRIQUEZ, M. A. R. da S.; ALAMINO, R. de C. J. *Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas.* V. 1, Rio de Janeiro: Cetem/MCTI, 2011, p. 259-282.

TRIBUNAL PERMANENTE DE LOS PUEBLOS. *Empresas transnacionales y derechos de los pueblos en Colômbia, 2006- 2008.* Sesión Final y Sentencia, Bogotá, Auditorio Leon de Greiff, Universidad Nacional de Colômbia, 21-23 jul. 2008. Roma: Fondazione Basso. Disponível em: <www.internazionaleleliobasso.it>.

UHARTE Pozas, L. M. *Las multinacionales en el siglo XXI: impactos multiples – el caso de Iberdrola en México y en Brasil.* Madrid: Editorial 2015 y más, 2012.

“Lira Itabirana”

I
O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

II
Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!

III
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.

IV
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade

Este livro foi composto em Bookman Old Style 9,5 na
Renovagraf para a Editora Lutas anticapital.